



Escola de Administração Fazendária



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Secretaria da Fazenda
Secretaria de Economia e
Planejamento

Concurso Público - 2009

Gabarito

1

Prova 2 - Conhecimentos Específicos

Cargo: Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS**.
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“O trabalho em equipe é um malabarismo constante entre o interesse próprio e o interesse do grupo”.
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1 - Acerca das finanças públicas, na Constituição Federal e Estadual, marque a opção correta.

- a) A Emenda Constitucional n. 43, de 2003, que estabeleceu a participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação da CIDE, é auto-aplicável.
- b) É vedada a retenção, pelo Estado, de parcela do ICMS devida a município na hipótese de constatação, pelo Tribunal de Contas do Estado, de graves irregularidades na administração municipal.
- c) É vedada a instituição de programa de fornecimento gratuito de energia elétrica financiado com parcela da arrecadação do ICMS.
- d) O constituinte estadual pode vincular um percentual maior de receita orçamentária do que aquele previsto na Constituição da República para a educação.
- e) Os créditos representados por parcelas de precatórios expedidos e não pagos pelo Estado podem ser compensados com débitos tributários do IPVA.

2 - Aponte a opção que melhor se molda à disciplina prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) A despesa, cuja duração de sua execução, ultrapasse, no mínimo, a dois exercícios financeiros, constitui despesa obrigatória de caráter continuado.
- b) Os gastos realizados com pagamentos feitos em razão de contratação de mão-de-obra terceirizada, em substituição de servidores ou empregados públicos, não devem ser computados na apuração da despesa pessoal do ente político.
- c) São computados na apuração do limite máximo da despesa de pessoal os gastos com inativos realizados por intermédio de fundo específico, custeado com recursos provenientes de receitas arrecadadas em decorrência da alienação de bens, direitos e ativos.
- d) A destinação de recursos para atender, direta ou indiretamente, às necessidades financeiras do setor privado, só poderá ser realizada se houver autorização específica do chefe do poder executivo, atender às condições estabelecidas na LDO e houver previsão na LOA ou em seus créditos adicionais.
- e) Não podem ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, salvo mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

3 - Ainda sobre a Responsabilidade Fiscal da gestão pública,

- a) enquadra-se no conceito de empresa estatal dependente a sociedade de economia mista estadual que captar os recursos necessários ao seu custeio da venda de mercadorias e serviços ao ente controlador.
- b) as despesas de pessoal das sociedades de economia mista estão incluídas no cálculo do limite das despesas de pessoal do ente que a controla.
- c) no cálculo da dívida do Estado para pagamento de débitos com a União, feita com base na Receita Corrente Líquida Real, incluem-se os recursos destinados a Fundo de Desenvolvimento Social criado para financiar programas de apoio à inclusão e promoção social.
- d) as empresas estatais não dependentes estão sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal.
- e) o cancelamento de débito, cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança, não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal se a remissão da dívida estiver acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, a renúncia tiver sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária ou ainda estiver acompanhada de medidas de compensação.

4 - Constitui requisito para a despesa pública:

- a) divulgação da execução orçamentária.
- b) participação do legislativo.
- c) realização de audiências, debates e consultas públicas.
- d) controle pelos tribunais de contas.
- e) licitação.

5 - Os Fundos Financeiros:

- a) têm personalidade jurídica.
- b) titularizam interesses próprios.
- c) constituem reserva de receita desafetada.
- d) podem ser de destinação ou de participação.
- e) em regra, são dotados de personalidade judiciária.

6 - A Constituição da República confere ao orçamento a natureza jurídica de:

- a) lei de efeito concreto.
- b) lei material.
- c) lei formal e material.
- d) lei extraordinária.
- e) lei abstrata.

7 - Em relação ao orçamento público, é correto afirmar:

- a) cabe projeto de lei orçamentária de iniciativa popular.
- b) pode haver plebiscito ou referendo à lei orçamentária.
- c) não pode a Constituição do Estado de São Paulo prever que, rejeitado o projeto de lei orçamentária, subsista a lei orçamentária anterior.
- d) cabe Medida Provisória no processo orçamentário.
- e) o chefe do Poder Executivo tem prazo para enviar a proposta de lei orçamentária, devendo o Poder Legislativo, na hipótese de ausência de envio, considerar os recursos que ficarem sem despesa correspondente como passíveis de utilização mediante créditos especiais ou suplementares.

8 - Constituem modalidade de receita derivada, exceto:

- a) tributos.
- b) penalidades pecuniárias.
- c) multas administrativas.
- d) taxas.
- e) preços públicos.

9 - Sobre as receitas públicas, assinale a opção correta.

- a) Preço econômico é o valor do bem ou serviço segundo a relação entre oferta e procura.
- b) Receita é a entrada de dinheiro e bens nos cofres públicos.
- c) Entradas são movimentos de caixa destinados a mera troca de valores ou devolução futura.
- d) Preço político consiste na receita cobrada para satisfação de uma necessidade comum e indivisível a todos.
- e) Todo ingresso constitui receita, mas nem toda receita constitui ingresso.

10- Assinale a opção que representa uma taxa pública.

- a) Serviço de água.
- b) Serviço de energia.
- c) Serviço de esgoto.
- d) Pedágio explorado diretamente ou por concessão.
- e) Serviço postal.

11- Aldemário Araujo Castro ensina que “O crédito tributário não pago, na forma prevista na legislação própria, e não sujeito a qualquer das causas de suspensão da exigibilidade, é encaminhado para a inscrição na chamada Dívida Ativa pela repartição administrativa competente”. A inscrição em Dívida Ativa:

- a) presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo com débito tributário regularmente inscrito.
- b) somente incide sobre créditos tributários definitivamente constituídos.

- c) sujeita-se a sigilo fiscal.
- d) tem natureza constitutiva do crédito e declaratória da obrigação.
- e) possui dupla finalidade: constituir um título executivo extrajudicial e conferir presunção de liquidez e certeza ao crédito tributário.

12- As imunidades tributárias são classificadas em:

- a) proporcionais e progressivas.
- b) ontológicas e políticas.
- c) diretas e indiretas.
- d) cumulativas e não cumulativas.
- e) vinculadas e não vinculadas.

13- O princípio da capacidade contributiva:

- a) aplica-se somente às contribuições.
- b) não se aplica às penalidades tributárias.
- c) aplica-se somente aos impostos.
- d) aplica-se indistintamente a todas as espécies tributárias.
- e) é atendido pela progressividade dos impostos reais.

14- Sobre os tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a opção correta.

- a) Incide ICMS na importação de bens, ainda quando realizada por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte regular do imposto.
- b) Não exige prévia celebração de convênio entre os Estados membros e o Distrito Federal a instituição, por Lei Complementar Estadual, de Programa de Incentivo destinado a fomentar a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos industriais e agroindustriais no Estado mediante concessão de crédito presumido e redução da base de cálculo do ICMS.
- c) A imunidade sobre o patrimônio, renda ou serviços instituída em favor das instituições de assistência social não alcança o ICMS incidente sobre os bens por elas fabricados, posto repercutir economicamente no consumidor e não atingir o patrimônio, nem desfalcar as rendas, nem reduzir a eficácia dos serviços dessas entidades.
- d) incide IPVA sobre embarcações e aeronaves, por abranger todo e qualquer veículo que tenha propulsão própria e sirva ao transporte de pessoas e coisas.
- e) É ilegal a cobrança de ICMS com base em valores previstos em pauta fiscal.

15- A técnica adotada pelo Brasil para repartir as receitas tributárias e assegurar autonomia financeira às unidades federadas classifica-se como:

- a) sistema independente.
- b) sistema dependente.
- c) sistema de discriminação flexível.
- d) sistema misto.
- e) sistema de discriminação pelo produto.

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

16- A atuação do governo na economia tem como objetivo eliminar as distorções alocativas e distributivas e de promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Tal atuação pode se dar das seguintes formas, exceto:

- a) complemento da iniciativa privada.
- b) compra de bens e serviços do setor público.
- c) atuação sobre a formação de preços.
- d) fornecimento de bens e de serviços públicos.
- e) compra de bens e serviços do setor privado.

17- Os diversos bens existentes na economia são agrupados de acordo com dois critérios: exclusividade e rivalidade. Segundo esses critérios, assinale a opção incorreta.

- a) Bens públicos puros possuem duas características: a não rivalidade e a impossibilidade de exclusão de seu consumo.
- b) Quando um bem é excludente mas não rival, diz-se que existe um monopólio natural para esse bem.
- c) Os benefícios derivados dos bens semipúblicos, somente em parte se submetem ao princípio da exclusão e apenas parcialmente são divisíveis.
- d) A oferta de determinados bens, por meio do orçamento público, torna-se necessária quando eles são rivais ou se para esses bens se aplica o princípio da exclusão.
- e) Os bens privados são bens cujo consumo é rival, de maneira que o consumo desses bens, por um indivíduo, impossibilita que outro indivíduo também os consuma.

18- As contas do Balanço de Pagamentos contêm os fluxos de moeda para dentro e para fora de um país e fornecem informações sobre as relações comerciais entre os países. Com relação ao Balanço de Pagamentos, indique a opção falsa.

- a) O Balanço Comercial corresponde ao saldo das exportações sobre as importações.
- b) O Balanço de Transações Correntes, quando superavitário, indica que o país está recebendo recursos que podem ser utilizados no pagamento de compromissos assumidos anteriormente.
- c) O Balanço de Serviços e Rendas representa as negociações internacionais dos chamados bens invisíveis e os rendimentos de investimentos e do trabalho.
- d) Os principais fatores que determinam o saldo do Balanço Comercial são: o nível de renda da economia e do resto do mundo, a taxa de câmbio e os termos de troca.
- e) As transações do Balanço de Serviços e Rendas são as transações que afetam diretamente a Renda Nacional.

19- O objetivo da Contabilidade Nacional é fornecer uma aferição macroscópica do desempenho real de uma economia em determinado período de tempo: quanto ela produz, quanto consome, quanto investe, como o investimento é financiado, quais as remunerações dos fatores de produção. Assim, baseado nos conceitos de Contas Nacionais, não se pode dizer que:

- a) a Renda Nacional é igual ao Produto Nacional Líquido, a preço de mercado.
- b) o Investimento corresponde ao acréscimo de estoque físico de capital, compreendendo a formação de capital fixo mais a variação de estoques.
- c) a Renda Disponível do Setor Público corresponde ao total da arrecadação fiscal, deduzidos os subsídios e as transferências ao setor privado.
- d) a diferença entre a renda líquida enviada ao exterior e o saldo das importações e exportações de bens e serviços não-fatores é chamada de Poupança Externa (Se).
- e) o Produto afere o valor total da produção da economia em determinado período de tempo.

- 20- A definição de meios de pagamento corresponde ao conjunto de ativos utilizados para liquidar transações. Com o avanço do sistema financeiro e do processo de inovações financeiras, desenvolveram-se novas medidas de meios de pagamento. Identifique, entre os agregados monetários abaixo mencionados, aquele que sofre todo impacto da inflação (monetização ou desmonetização).
- M2.
 - M4.
 - M2+quotas de fundo de renda fixa+operações compromissadas registradas no SELIC.
 - M1.
 - M3.
- 21- Com relação à Dívida Pública, Déficit Público e Necessidade de Financiamento do Setor Público, identifique a opção falsa.
- Uma medida muito utilizada para avaliar a capacidade de pagamento do setor público é a relação dívida / PIB.
 - A diferença entre as receitas totais e os gastos totais é chamada de déficit primário, pelo conceito "acima da linha".
 - O déficit operacional é uma medida bastante requisitada em períodos de inflação elevada.
 - Os vários conceitos de déficit público podem ser apurados por dois critérios: o de competência e o de caixa.
 - No longo prazo, o crescimento da dívida pública ocupa o espaço que seria destinado à formação de capital (efeito *crowding - out*), por meio da redução de investimentos.
- 22- Os indicadores sociais fornecem informações que dizem respeito diretamente à qualidade de vida da população de um país. Com relação a esses indicadores, não se pode dizer que:
- o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo da unidade, mais desenvolvido é considerado o país.
 - o Índice de Gini ou coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade utilizada para calcular a desigualdade na distribuição de renda entre os indivíduos de uma economia.
 - o IDH é um índice resultante da média aritmética de três indicadores: um indicador de renda, um indicador de saúde e um indicador de educação.
 - o Índice de Gini mostra que quanto mais próximo da unidade, menor será a concentração de renda do país.
 - o IDH é um índice criado pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de buscar uma medida que retrate o desenvolvimento social dos países.
- 23- No que diz respeito à Política Monetária, identifique a opção incorreta.
- De acordo com a teoria da preferência pela liquidez, a taxa de juros se ajusta para equilibrar a oferta e a demanda por moeda.
 - A curva de demanda agregada mostra a quantidade de bens e serviços demandada a cada nível de preços.
 - Se a taxa de juros estiver acima da taxa de equilíbrio, haverá excesso de oferta da moeda, forçando a queda na taxa de juros.
 - A taxa de juros real corresponde à taxa de juros nominal recebida, descontada a perda de valor da moeda, isto é, a inflação no período de aplicação.
 - Estabilizadores automáticos são alterações da política monetária que estimulam a demanda agregada quando a economia entra em recessão sem que os formuladores de políticas públicas tenham que tomar qualquer ação deliberada.
- 24- Assinale a opção falsa com relação aos Princípios Teóricos da Tributação.
- Do ponto de vista do princípio do benefício, os impostos são vistos como preços que os cidadãos pagam pelas mercadorias e serviços que adquirem por meio de seus governos, presumivelmente cobrados de acordo com os benefícios individuais direta ou indiretamente recebidos.
 - A neutralidade, na ótica da alocação de recursos, deveria ser complementada pela equidade na repartição da carga tributária.
 - O princípio da capacidade de pagamento sugere que os contribuintes devem arcar com cargas fiscais que representem igual sacrifício de bem-estar, interpretado pelas perdas de satisfação no setor privado.
 - Não existem meios práticos que permitam operacionalizar o critério do benefício, por não ser a produção pública sujeita à lei do preço.
 - A equidade horizontal requer que indivíduos com diferentes habilidades paguem tributos em montantes diferenciados.

- 25- Por política fiscal, entende-se a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos e aos gastos públicos. Com relação à tributação, não é correto afirmar:
- os tributos específicos e *ad valorem* são exemplos clássicos de impostos diretos.
 - o sistema tributário é dito progressivo quando a participação dos impostos na renda dos indivíduos aumenta conforme a renda aumenta.
 - o sistema tributário é considerado proporcional quando se aplica a mesma alíquota do tributo para os diferentes níveis de renda.
 - a aplicação de um sistema de imposto regressivo afeta o padrão de distribuição de renda, tornando-a mais desigual.
 - conforme aumenta a renda dos indivíduos e a riqueza da sociedade, aumenta a arrecadação de impostos diretos.
- 26- O orçamento público pode ser entendido como um conjunto de informações que evidenciam as ações governamentais, bem como um elo capaz de ligar os sistemas de planejamento e finanças. A elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), segundo a Constituição Federal de 1988, deverá espelhar:
- exclusivamente os investimentos.
 - as metas fiscais somente para as despesas.
 - a autorização para a abertura de créditos adicionais extraordinários.
 - as estimativas de receita e a fixação de despesas.
 - a autorização para criação de novas taxas.
- 27- O modelo de elaboração orçamentária, nas três esferas de governo, foi sensivelmente afetado pelas disposições introduzidas pela Constituição Federal de 1988. Anualmente, o Poder Executivo encaminha ao Poder Legislativo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que contém:
- a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta.
 - a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
 - as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
 - o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e os investimentos das empresas.
 - a despesa realizada no exercício imediatamente anterior.
- 28- A classificação programática é considerada a mais moderna classificação orçamentária de despesa pública. A portaria n. 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, propôs um elenco de funções e subfunções padronizadas para a União, Estados e Municípios. Assim, de acordo com a referida Portaria, a despesa que não se inclui na nova classificação é a despesa por:
- Função.
 - Projeto.
 - Subprograma.
 - Atividade.
 - Subfunção.
- 29- A Lei n. 4.320/64 estabelece dois sistemas de controle da execução orçamentária: interno e externo. Segundo a Constituição Federal de 1988, não é objetivo do sistema de controle interno:
- fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, Distrito Federal ou a Município.
 - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
 - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- 30- A realidade que surge da atuação do Estado moderno exige a adoção de novos enfoques de avaliação orçamentária do setor público. A avaliação também é instrumento de promoção do aperfeiçoamento dos processos relacionados à gestão de recursos humanos, financeiros e materiais utilizados na execução dos programas. Uma das opções abaixo é incorreta. Identifique-a.
- O teste da eficiência, na avaliação das ações governamentais, busca considerar os resultados obtidos em face dos recursos disponíveis.
 - Efetividade é a medida do grau de atingimento dos objetivos que orientaram a constituição de um determinado programa, expressa pela sua contribuição à variação alcançada dos indicadores estabelecidos pelo Plano.
 - Eficácia é a medida do grau de atingimento das metas fixadas para um determinado projeto, atividade ou programa em relação ao previsto.
 - Eficiência é a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta para um projeto, atividade ou programa, frente a padrões estabelecidos.
 - A incorporação de custos, estimativos (no orçamento) e efetivos (na execução), auxilia as avaliações da eficácia.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

31- Assinale abaixo a opção que contém uma afirmativa falsa.

- a) A Contabilidade é mantida para as Entidades; os sócios ou quotistas destas não se confundem, para efeito contábil, com aquelas.
- b) Para a Contabilidade, a Entidade é um organismo vivo que irá operar por período indeterminado de tempo até que surjam fortes evidências em contrário.
- c) O custo de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condições de gerar benefícios para a Entidade representa a base de valor para a Contabilidade.
- d) Os princípios fundamentais da Resolução CFC 750/93, apesar de servirem como orientação precisa para os procedimentos contábeis, não constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- e) Entre conjuntos alternativos de avaliação para o patrimônio, igualmente válidos, segundo os princípios fundamentais, a Contabilidade escolherá o que apresentar o menor valor atual para o ativo e o maior para as obrigações.

32- A empresa Comércio de Varejos e Atacados Ltda., trabalhando com vendas a prazo, apurou os seguintes saldos em primeiro de novembro de 2007:

Cientes	R\$ 30.000,00
Fornecedores	R\$ 25.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 20.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 48.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 52.000,00

Das duplicatas, 40% vencerão de 5 a 12 meses; 20% vencerão em 13 meses e o restante vencerá após 15 meses. As duplicatas descontadas são de curto prazo.

Ao ser montado o ativo circulante no balanço de 2007, apenas com esses dados, seu valor será de

- a) R\$ 62.000,00.
- b) R\$ 50.800,00.
- c) R\$ 41.200,00.
- d) R\$ 61.200,00.
- e) R\$ 20.800,00.

33- Ao encerrar o exercício social de 2008, a empresa Cibrazém de Armazenagem e Comércio Ltda. apurou os seguintes saldos:

Contas	Saldos (R\$)
Capital Social	200.000,00
Vendas	540.000,00
Mercadorias	180.000,00
Duplicatas a Receber	140.000,00
Caixa	70.000,00
ICMS sobre Vendas	100.000,00
Duplicatas a Pagar	100.000,00
Ações de Coligadas	50.000,00
Fornecedores	150.000,00
Móveis e Utensílios	310.000,00
Provisão para Férias	15.000,00
Depreciação	60.000,00
Duplicatas Descontadas	90.000,00
Depreciação Acumulada	180.000,00
Fretes e Carretos	25.000,00
Prejuízos Acumulados	31.000,00
Salários a Pagar	18.000,00
Compras	230.000,00
Salários	88.000,00
Provisão para Devedores Duvidosos	2.000,00
Aluguéis Ativos	12.000,00
Juros Passivos	7.000,00
Capital a Realizar	40.000,00
ICMS a Recolher	65.000,00
Reserva Legal	6.000,00
Ações em Tesouraria	30.000,00
Prêmios de Seguros	17.000,00
Soma total	2.756.000,00

O inventário físico apontou o valor de R\$ 154.000,00 de mercadorias em estoque no fim do ano.

Elaborando o balanço patrimonial com os dados apresentados, após a apuração do resultado do exercício, vamos encontrar um

a) Ativo total de	R\$ 478.000,00.
b) Passivo e Patrimônio Líquido de	R\$ 453.000,00.
c) Passivo Circulante de	R\$ 438.000,00.
d) Prejuízo Acumulado de	R\$ 31.000,00.
e) Patrimônio Líquido de	R\$ 104.000,00.

34- Manoel encontrou o que queria: painéis de ferro feitos sob encomenda. Perguntando, encontrou o preço unitário de R\$ 30,00. Soube também que havia incidência de ICMS de 17%, de IPI de 6% e de fretes à base de R\$ 1,50 por lotes de 6 painéis.

Negociando, conseguiu obter um desconto de 8% no preço e fechou a compra de 30 painéis, para revender.

Calculando, encontrou o custo contábil de

- a) R\$ 961,50.
- b) R\$ 808,50.
- c) R\$ 736,50.
- d) R\$ 744,60.
- e) R\$ 713,70.

35- A empresa de serviços Alvorada Ltda. listou os seguintes dados contratuais para elaborar a folha de pagamento referente ao mês de março:

Salários	R\$ 9.000,00
Previdência social patronal (22%)	R\$ 1.980,00
Previdência social dos empregados (9%)	R\$ 810,00
FGTS (8%)	R\$ 720,00
Salário-família	R\$ 150,00

Com os dados indicados, sem considerar eventuais parcelas de 13º salário ou férias proporcionais, podemos afirmar que a despesa de pessoal, referente ao mês de março, que a empresa deverá efetivamente desembolsar, será de

- a) R\$ 10.890,00.
- b) R\$ 10.850,00.
- c) R\$ 11.700,00.
- d) R\$ 12.510,00.
- e) R\$ 12.660,00.

36- A empresa Atos & Atitudes S/A tinha um saldo bancário de R\$ 600.000,00 e resolveu aplicá-lo em ações de outras Companhias, sendo um terço a curto prazo, outro terço representando uma coligação acionária com influência na administração, e ainda, outro terço em investimentos não relevantes.

Durante o ano, as empresas investidas apuraram lucro líquido de R\$ 15.000,00 cada uma e distribuíram 1/3 desse lucro aos acionistas, como dividendos.

No fim do exercício social, após a contabilização dos fatos cabíveis, vamos encontrar o saldo contábil dessas ações no valor de

- a) R\$ 645.000,00.
- b) R\$ 610.000,00.
- c) R\$ 620.000,00.
- d) R\$ 630.000,00.
- e) R\$ 615.000,00.

37- A empresa Soledade S/A, de Guaraí, no Estado do Tocantins, tem um capital social de R\$ 240.000,00, formado por 30.000 ações ordinárias, que dão a seus donos direitos iguais.

No exercício de 2008, a empresa finalizou, corretamente, a sua demonstração de resultado do exercício com os seguintes valores:

Lucro líquido antes do Imposto de Renda	186.000,00
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31.500,00
Participações Estatutárias sobre o Lucro	10.500,00

Como se sabe, a última linha dessa demonstração de lucros deverá indicar o montante do lucro por ação do capital social que, neste caso, será no valor de

- a) R\$ 6,20.
- b) R\$ 5,15.
- c) R\$ 4,80.
- d) R\$ 1,67.
- e) R\$ 8,00.

38- A empresa Jelta Veículos S/A adquiriu dois carros por R\$ 40.000,00 cada um, com ICMS de 12%. Na compra pagou, também, R\$ 12.000,00 de IPI e R\$ 1.000,00 de frete.

Apropriou um dos veículos no ativo imobilizado, como bem de uso próprio, e o outro no ativo circulante, como mercadorias.

Os veículos são automóveis da marca Renault e tem vida útil estimada em cinco anos.

Após um ano dessa compra, a empresa deverá ter contabilizado uma despesa de depreciação no valor de

- a) R\$ 16.680,00.
- b) R\$ 10.700,00.
- c) R\$ 8.340,00.
- d) R\$ 10.260,00.
- e) R\$ 9.300,00.

39 - A empresa Serviços e Comércio S/A apurou os seguintes saldos para fins de elaborar o balancete geral de verificação:

Área para rascunho

<u>Contas</u>	<u>Saldos (R\$)</u>
Mercadorias	18.000,00
Vendas	54.000,00
Compras	23.000,00
ICMS a Recolher	6.500,00
Ações em Tesouraria	3.000,00
ICMS sobre Vendas	10.000,00
Duplicatas a Receber	14.000,00
Prêmios de Seguros	1.700,00
Provisão para Devedores Duvidosos	200,00
Caixa	7.000,00
Duplicatas a Pagar	10.000,00
Ações de Coligadas	5.000,00
Fornecedores	15.000,00
Móveis e Utensílios	31.000,00
Provisão para Férias	1.500,00
Depreciação	6.000,00
Duplicatas Descontadas	9.000,00
Depreciação Acumulada	18.000,00
Fretes e Carretos	2.500,00
Salários a Pagar	1.800,00
Salários	8.800,00
Aluguéis Ativos	1.200,00
Juros Passivos	700,00
Capital Social	20.000,00
Capital a Realizar	4.000,00
Reserva Legal	<u>600,00</u>
Soma total	272.500,00

Sabendo-se que eventuais diferenças no balanceamento, aqui toleradas para fins didáticos, podem ser atribuídas a lucros ou perdas anteriores, pode-se afirmar que as contas supralistadas apresentam

- a) saldo credor de R\$ 130.800,00.
- b) saldo credor de R\$ 103.600,00.
- c) saldo devedor de R\$ 100.500,00.
- d) saldos devedor e credor de R\$ 136.250,00.
- e) saldo devedor de R\$ 134.700,00.

- 40- Assinale abaixo a opção que contém uma afirmativa verdadeira.
- a) Após apurado o resultado do exercício e calculadas as provisões para contribuição social e para pagamento do imposto de renda, deverão ser calculadas e contabilizadas as participações contratuais e estatutárias nos lucros e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.
 - b) As despesas do mês, que foram pagas antecipadamente, estão registradas em contas do ativo circulante. A apropriação no último dia do mês é feita debitando-se a conta que representa a referida despesa e creditando-se a conta do passivo circulante que registrou a despesa paga antecipadamente.
 - c) Despesas não-operacionais são aquelas decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias da empresa, como, por exemplo, o montante obtido na alienação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente.
 - d) Os prejuízos acumulados correspondem a prejuízos apurados pela Contabilidade em exercícios anteriores, que estejam devidamente contabilizados e que não podem ser compensados pelo lucro apurado no exercício atual.
 - e) Lucro Bruto é a diferença entre a receita líquida de vendas de bens ou serviços e o custo das mercadorias vendidas ou dos serviços prestados por terceiros.
- 41- Segundo a Lei n. 4.320/64, uma das principais características do Ativo Permanente é:
- a) a durabilidade é superior a um ano.
 - b) a mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.
 - c) a existência, no patrimônio da unidade, depende da realização de despesa de capital.
 - d) o bem se destina ao uso público.
 - e) a classificação contábil está no grupo Imobilizado.
- 42- Tendo como base as regras estabelecidas pela Lei n. 4.320/64 para a contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, assinale a opção falsa a respeito das variações ativas e passivas.
- a) A baixa de material permanente, em razão de obsolescência, afeta a situação patrimonial líquida em decorrência da variação passiva extraorçamentária.
 - b) A liquidação de despesa relativa à aquisição de material permanente para uso da própria unidade não modifica a situação patrimonial líquida em razão de as variações ativas compensarem as variações passivas.
 - c) A emissão da nota de empenho relativa às despesas correntes, bem como aquelas relativas às despesas de capital, não afetam a situação patrimonial líquida do ente público.
 - d) A contabilização da baixa, em razão de doação, de material de consumo adquirido no exercício afeta a situação patrimonial líquida em razão da variação ativa que provoca.
 - e) O recebimento de liberação financeira afeta a situação patrimonial líquida do ente em razão de variações ativas que provoca.
- 43- A respeito do Plano de Contas da Administração Estadual, é correto afirmar, exceto:
- a) o registro dos atos potenciais, tais como avais e contratos, é realizado de forma detalhada no Passivo Compensado.
 - b) as contas destinadas ao registro das variações ativas independentes da execução orçamentária pertencem à classe seis (6).
 - c) o registro da despesa decorrente da execução orçamentária é realizado em contas do grupo compensado e nas contas de resultado.
 - d) as contas de resultado relativas à execução da receita orçamentária são as integrantes da classe quatro (4).
 - e) as contas precípuas de controle da execução da receita pertencem ao ativo.
- 44- Tendo como base as normas e os procedimentos utilizados pelo Estado de São Paulo, assinale a opção verdadeira a respeito do reconhecimento pela contabilidade dos atos e fatos relativos à previsão e execução da receita.
- a) A previsão da receita não afeta a situação patrimonial do ente e, em razão disso, não é objeto da contabilidade aplicada ao setor público.
 - b) A realização da receita de capital não afeta a situação patrimonial e seu registro ocorre somente em contas de controle do sistema de compensação.
 - c) As receitas orçamentárias decorrentes de fatos contábeis permutativos do patrimônio são registradas, de forma simplificada, em razão de não ser exigida a sua evidenciação nas demonstrações contábeis.
 - d) As receitas decorrentes da prestação de serviços não têm sua previsão registrada pela contabilidade em razão da eventualidade da sua ocorrência.
 - e) O reconhecimento contábil da previsão da receita corrente afeta o sistema orçamentário enquanto a realização afeta também o sistema financeiro.

45- Assinale a opção verdadeira em relação à contabilização das despesas relativas ao custeio da administração tais como: pessoal, material de consumo e serviços de terceiros.

- a) No âmbito do setor público, os gastos de pessoal não são considerados integralmente como despesa em razão de parte do contingente de servidores atuar na área fim.
- b) A liquidação das despesas relativas aos serviços de terceiros e com pessoal afeta a situação patrimonial líquida da entidade pública.
- c) Os gastos com a aquisição de material sempre afetam a situação patrimonial líquida do ente devido ao caráter transitório desses materiais.
- d) As despesas com serviços de terceiros, quando prestados por outro ente público, devem ser liquidadas somente após o pagamento, para evitar a dupla contagem de valores.
- e) As variações passivas relativas à aquisição de material de consumo, para uso de outra unidade, não afeta as variações ativas nem passivas.

46- Assinale a opção falsa a respeito dos procedimentos de encerramento do exercício financeiro, no âmbito da Administração do Estado de São Paulo, em especial os definidos no Decreto n. 53.876/2008.

- a) As empresas estatais dependentes devem obedecer tais normas em razão da necessidade de incorporação de seus resultados patrimoniais no Balanço Geral do Estado.
- b) A inscrição em restos a pagar não processados fica restrita aos empenhos não liquidados referentes a obras, compras e serviços essenciais, necessários à manutenção da administração.
- c) O registro na contabilidade dos valores referentes à Dívida Ativa Tributária e aos precatórios deve ser realizado pela Procuradoria-Geral do Estado, até 31 de dezembro.
- d) As normas de encerramento do exercício expedidas pelo Poder Executivo alcançam, ainda que de forma limitada, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- e) Os empenhos de adiantamentos não poderão ser inscritos em restos a pagar, devendo seus saldos ser anulados.

47- Tendo como base o modelo e a estrutura do Balanço Orçamentário adotado pela Administração Direta do Governo do Estado de São Paulo, assinale a opção verdadeira.

- a) As despesas fixadas e executadas são demonstradas de forma detalhada por categoria econômica.
- b) O déficit de capital se observa em razão da insuficiência de arrecadação em relação à previsão.
- c) A receita realizada pode exceder a prevista, resultando, dessa maneira, em uma diferença negativa entre ambas.
- d) O montante das despesas previstas e executadas relacionadas às inversões financeiras é evidenciado.
- e) A evidenciação dos créditos especiais e extraordinários abertos e reabertos não ocorre em razão da despesa ser evidenciada por categoria econômica.

48- Tendo como base o modelo de Balanço Patrimonial adotado pelo Governo do Estado de São Paulo, assinale a opção que indica uma rubrica que não integra o ativo financeiro.

- a) Créditos para depósitos judiciais.
- b) Recursos vinculados.
- c) Aplicações financeiras.
- d) Caixa.
- e) Bancos – Conta Movimento.

49- Tendo como base o modelo e a estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP adotada pelo Estado de São Paulo, assinale a opção verdadeira.

- a) Ainda que a permanência seja transitória nos cofres públicos, os depósitos de terceiros são classificados como receita orçamentária e assim são demonstrados.
- b) As variações ativas totais são compostas pela receita orçamentária e extraorçamentária.
- c) Saldos financeiros do exercício anterior integram as variações ativas independentes da execução orçamentária.
- d) As despesas resultantes da execução orçamentária são lançadas obedecendo à classificação funcional.
- e) Se o resultado patrimonial apurado for déficit econômico, este é lançado do lado das Variações Ativas.

50- Tomando como base o modelo e a estrutura do Balanço Financeiro utilizado pelo Governo do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- a) as despesas orçamentárias são evidenciadas por função, enquanto a receita é evidenciada por categoria econômica.
- b) os depósitos de terceiros são segregados de forma a evidenciar seus autores e a finalidade destes.
- c) os restos a pagar não processados liquidados no exercício figuram do lado das receitas para compensar os valores não pagos.
- d) o confronto entre as receitas e as despesas evidencia o superávit financeiro do exercício.
- e) as disponibilidades financeiras para o exercício seguinte são evidenciadas juntamente com as despesas e são detalhadas por categoria econômica.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL

51- Segundo disposição da Constituição Federal de 1988, as diretrizes e metas da administração pública, para as despesas de capital, são definidas no seguinte instrumento:

- a) em lei ordinária de ordenamento da administração pública.
- b) na lei orçamentária anual.
- c) na lei que institui o plano plurianual.
- d) na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) no decreto de programação financeira do poder executivo.

52- Assinale a opção que apresenta uma das principais características da lei de diretrizes orçamentárias, segundo a Constituição Federal de 1988.

- a) Especifica as alterações da legislação tributária e do PPA.
- b) Define a política de atuação dos bancos estatais federais.
- c) Determina os valores máximos a serem transferidos, voluntariamente, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) Define as metas e prioridades da administração pública federal.
- e) Orienta a formulação das ações que integrarão o orçamento do exercício seguinte.

53- Tomando por base as disposições contidas na Lei n. 4.320/64, assinale a opção falsa, a respeito da conceituação e classificação da receita orçamentária brasileira.

- a) As receitas correntes, na sua maioria, estão relacionadas com as modificações qualitativas do patrimônio.
- b) A previsão a menor não impede que seja reconhecido e contabilizado o excesso de arrecadação como receita do exercício.
- c) As receitas de capital, na sua maioria, estão relacionadas com fatos contábeis permutativos do patrimônio.
- d) As receitas decorrentes da prestação de serviços por entidade pública são classificadas como correntes.
- e) A Lei n. 4.320/64 determina que os créditos tributários não recebidos no exercício em que são exigíveis devem ser inscritos em dívida ativa.

54- Assinale a opção falsa a respeito da conceituação e classificação da despesa orçamentária brasileira.

- a) A despesa orçamentária nem sempre é uma despesa de caráter econômico, ou seja, não afeta a situação patrimonial líquida.
- b) A devolução de depósitos feitos em garantia é uma despesa que transita pelo orçamento, embora sem afetar a situação patrimonial líquida.
- c) O consumo de um ativo do ente público pode não decorrer de uma despesa orçamentária.
- d) Na classificação econômica da despesa, utiliza-se complementarmente a modalidade de aplicação para determinar se os recursos foram aplicados pela mesma esfera de governo ou se foram transferidos.
- e) Na classificação econômica, os grupos de despesa têm a finalidade de agrupar as despesas que apresentam as mesmas características em relação ao objeto do gasto.

55- São componentes da programação financeira dos gastos públicos:

- a) funcional programática, classificação econômica e modalidade de aplicação.
- b) projeto e/ou atividade, programa e classificação econômica.
- c) órgão central de programação financeira, órgão setorial financeiro e unidade executora.
- d) natureza da despesa, categoria de programação financeira e modalidade de aplicação.
- e) natureza da despesa, modalidade de aplicação, grupo de natureza da despesa e categoria econômica.

- 56- Assinale a opção verdadeira a respeito dos programas de governo.
- Programa é o conjunto de ações de uma unidade orçamentária e visa à integração do plano de governo do ente ao orçamento.
 - Programa é um módulo integrador entre o plano e o orçamento e tem como instrumento de sua realização as ações de governo.
 - Um programa, do ponto de vista orçamentário, é o conjunto de atividades e projetos relacionados a uma determinada função de governo com vistas ao cumprimento da finalidade do Estado.
 - É o conjunto de ações de caráter continuado com vista à prestação de serviços à sociedade.
 - Os programas de governo são considerados temporários e permanentes, dependendo das condições de perenidade das ações desenvolvidas pelo ente público.
- 57- Assinale a opção verdadeira a respeito da programação qualitativa do orçamento público no Brasil.
- É a organização do gasto público de forma a proporcionar a identificação dos programas com a classificação funcional e econômica da despesa.
 - É a organização do orçamento em uma estrutura funcional e econômica de forma a permitir ao administrador público o cumprimento das políticas públicas.
 - É a organização do orçamento em projetos claramente definidos, inclusive com as especificações dos montantes financeiros a eles alocados.
 - É a organização do orçamento em programas orçamentários, que são compostos por esfera, classificação institucional, classificação funcional e estrutura programática.
 - A programação qualitativa está relacionada com o alinhamento dos gastos aos programas e às políticas públicas.
- 58- Assinale a opção que indica um dos componentes do modelo de gerenciamento dos programas de acordo com as disposições do Decreto n. 2.829/98.
- Definição de responsáveis pela execução das metas a serem cumpridas pelas entidades.
 - Exercício do controle dos custos e dos prazos.
 - Planejamento e controle das despesas de custeio visando a redução do custo do programa.
 - Designação de profissional capacitado para a gestão de cada ação do programa visando sua integração com as funções de governo.
 - Integração entre os responsáveis pela execução e os órgãos de controle visando o cumprimento dos prazos preestabelecidos.
- 59- Assinale a opção verdadeira tendo como base as disposições da Portaria MOG n. 42/1999 a respeito da discriminação da despesa por função, subfunção e programa.
- A competência para a definição e estruturação dos programas nas três esferas de governo é da União, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios uma competência residual.
 - O uso obrigatório da estrutura de classificação definida nesse instrumento normativo alcança a União, Estados, Distrito Federal, porém, os Municípios estão dispensados de aplicá-la.
 - Os programas são instrumentos de organização da ação governamental cujos indicadores são definidos na lei orçamentária anual.
 - As operações especiais são aquelas que, embora resulte em um produto, não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
 - Na elaboração da lei orçamentária anual, é permitida a combinação de subfunções com funções diferentes daquela a que está vinculada.
- 60- Tendo como base a Administração do Estado de São Paulo, assinale a opção que indica uma exceção às atribuições dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira.
- Processar a distribuição das dotações das Unidades Orçamentárias para as de despesa.
 - Processar as despesas mantidas centralizadas e efetuar o seu pagamento.
 - Analisar as propostas globais dos orçamentos-programas das Secretarias de Estado.
 - Preparar as normas para elaboração, análise, execução, controle e avaliação do Orçamento-Programa do Estado.
 - Fornecer recursos financeiros aos órgãos incumbidos de efetuar o pagamento de vencimento dos servidores.
- 61- No âmbito federal, a coordenação do PPA, no nível operacional, é realizada pelos seguintes responsáveis:
- gerentes de programas, coordenadores-executivos de programas e ordenadores de despesas.
 - comissão de gestão do PPA, gerentes de programas e coordenadores-executivos de programas.
 - gerentes de programas, secretários-executivos, ordenadores de despesa e gerentes de ações.
 - gerentes de programas, gerentes-executivos de programas, coordenadores de ação e coordenadores-executivos de ação.
 - coordenadores de programas, ordenadores de despesas e supervisores de ação.

62- Assinale a opção que indica uma das competências do Comitê de Gestão do PPA, segundo dispõe o Decreto n. 6.601/2008.

- a) Designar os gerentes de programas e coordenadores de ação definindo-lhes as atribuições e a forma de prestação de contas junto ao Comitê Gestor.
- b) Propor a alteração da lei orçamentária anual, para adequar a alocação de recursos nas ações, quando verificada a insuficiência destes.
- c) Determinar as alterações no nível operacional dos programas, visando a adequação destes às situações administrativas vigentes.
- d) Adotar medidas que fortaleçam a gestão para resultados, observando os princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade da ação governamental.
- e) Avaliar e determinar a correção dos indicadores de gestão dos programas, quando estes não se mostrarem válidos ao monitoramento dos programas.

63- Tendo como base as normas para a elaboração do PPA 2008-2011 do Estado de São Paulo, assinale a opção que indica uma das atribuições dos interlocutores designados para realizar a interação de suas Pastas com a Secretaria de Planejamento.

- a) Definir, juntamente com os dirigentes das unidades administrativas, os programas e ações a serem incluídas no PPA, a fim de cumprir as políticas públicas.
- b) Orientar o envio de dados à Secretaria de Planejamento com vistas à formulação dos programas.
- c) Promover a integração das unidades da Secretaria, visando a elaboração dos programas e Ações da Pasta no PPA.
- d) Formular, juntamente com a Secretaria de Planejamento, as políticas públicas a serem detalhadas no PPA.
- e) Articular-se com a Secretaria de Planejamento e com a Assembleia Legislativa, para viabilizar a tramitação e aprovação do PPA.

64- Assinale a opção que indica uma exceção às fases de elaboração do PPA do Estado de São Paulo.

- a) Formalização do Plano Plurianual.
- b) Formulação das políticas públicas a serem desenvolvidas via PPA.
- c) Análise das propostas setoriais e consolidação dos programas.
- d) Elaboração das propostas setoriais.
- e) Definição e divulgação das diretrizes e objetivos estratégicos.

65- A formulação dos programas do Plano Plurianual, no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, cabe:

- a) aos ordenadores de despesa e gerentes de programas.
- b) à Secretaria de Planejamento.
- c) aos responsáveis pelas áreas fins de cada Secretaria de Estado.
- d) aos coordenadores setoriais de políticas públicas do governo.
- e) aos gerentes designados pelos Secretários de Estado para cada um dos programas.

TÉCNICAS DE AUDITORIA

66- Sobre a auditoria independente, é correto afirmar que tem por objetivo:

- a) auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
- b) apresentar subsídios para o aperfeiçoamento da gestão e dos controles internos.
- c) levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio.
- d) emitir parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis.
- e) recomendar soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

67- Compostos pela documentação preparada pelo auditor ou a ele fornecida na execução da auditoria, os papéis de trabalho possuem as seguintes características, exceto:

- a) sua disponibilização a terceiros é permitida, desde que formalmente autorizada pela entidade auditada.
- b) sua confidencialidade é dever permanente do auditor.
- c) apenas abrigam informações em papel, sendo vedadas as evidências obtidas por meios eletrônicos.
- d) devem ser mantidos sob a custódia do auditor por um prazo de cinco anos, a partir da data de emissão do parecer.
- e) sua padronização não é obrigatória.

68- Os testes de observância têm por objeto de análise:

- a) as contas patrimoniais e de resultado.
- b) os procedimentos de controle de custos adotados pela administração.
- c) as contas patrimoniais, apenas.
- d) as contas de resultado, apenas.
- e) os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração.

- 69- Sobre os temas 'risco de auditoria' e 'relevância', é correto afirmar que:
- quanto menor for o risco, menor será a relevância.
 - quanto menor for a relevância, maior será o risco.
 - não existe relação entre risco e relevância.
 - quanto maior for a relevância, maior será o risco.
 - quanto maior for o risco, maior será a relevância.
- 70- Assinale a opção que preenche corretamente a lacuna da seguinte frase: "Considerado um procedimento técnico básico a ser aplicado em testes de observância e substantivos, _____ consiste(m) na verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas."
- a revisão analítica
 - a observação
 - a investigação e a confirmação
 - o cálculo
 - a inspeção
- 71- Ao avaliar o pressuposto de continuidade operacional da entidade auditada, o auditor deve lançar mão de indicações que, isoladamente ou não, possam sugerir dificuldades na continuação normal dos negócios. Entre tais indicações, não se inclui:
- incapacidade financeira de a entidade pagar seus credores nos vencimentos.
 - existência de passivo a descoberto (Patrimônio Líquido negativo).
 - alteração na política econômica governamental que afete a todos os segmentos produtivos.
 - posição negativa do Capital Circulante (deficiência de Capital Circulante).
 - falta de capacidade financeira dos devedores em saldar seus compromissos com a entidade.
- 72- As seguintes opções constituem exemplos de transações e eventos subsequentes, exceto:
- perda em contas a receber decorrente de falência do devedor.
 - alteração do controle societário.
 - aporte de recursos, inclusive como aumento de capital.
 - destruição de estoques em decorrência de sinistro.
 - variação sazonal dos custos com insumos.
- 73- Sempre que não possa ter expectativa razoável quanto à existência de outra evidência de auditoria pertinente, deve o auditor obter declarações por escrito da administração, sobre os assuntos significativos para as Demonstrações Contábeis, por meio da(o) chamada(o):
- Carta de Representação da Administração.
 - Circularização dos Consultores Jurídicos.
 - Termo de Diligência.
 - Carta de Responsabilidade da Administração.
 - Carta de Conforto.
- 74- Em relação ao tema 'contingências', podemos afirmar que o trabalho do auditor visa identificar as seguintes ocorrências, exceto:
- Ativos não-registrados.
 - Contingências passivas relacionadas a litígios.
 - Contingências ativas relacionadas a pedidos de indenização.
 - Contingências passivas relacionadas a questões tributárias.
 - Passivos não-registrados.
- 75- Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas da seguinte frase: "O auditor deve emitir parecer _____(1)_____ quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer _____(2)_____."
- (1) com ressalva // (2) adverso
 - (1) adverso // (2) com ressalva
 - (1) com abstenção de opinião // (2) com ressalva
 - (1) com abstenção de opinião // (2) adverso
 - (1) adverso // (2) com abstenção de opinião
- 76- Por ser um ato não-intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, é correto afirmar que se trata de um erro:
- a aplicação incorreta das normas contábeis.
 - a apropriação indébita de ativos.
 - a supressão ou omissão de transações nos registros contábeis.
 - o registro de transações sem comprovação.
 - a alteração de documentos visando modificar os registros de ativos, passivos e resultados.

77- A inspeção física, por meio da contagem de numerário, é procedimento básico de auditoria aplicável à verificação em conta do:

- a) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- b) Ativo Circulante.
- c) Ativo Permanente.
- d) Passivo Circulante.
- e) Patrimônio Líquido.

78- Sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, deve-se adotar o menor valor para os componentes do Ativo e o maior valor para os componentes do Passivo. É como determina o princípio do(a):

- a) Registro pelo Valor Original.
- b) Atualização Monetária.
- c) Prudência.
- d) Competência.
- e) Oportunidade.

79- Considerado fundamental à governança no setor público, o processo pelo qual as entidades públicas e seus responsáveis devem prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que lhes foram atribuídas por delegação de poder, denomina-se:

- a) Transparência.
- b) Integridade.
- c) Equidade.
- d) Responsabilidade Fiscal.
- e) *Accountability*.

80- Sobre a auditoria de natureza operacional, é correto afirmar:

- a) tem por objetivo certificar as contas do gestor público, apurando eventuais responsabilidades.
- b) é realizada, tão somente, com base na verificação das demonstrações contábeis.
- c) no âmbito da administração indireta, só pode ser realizada por auditores independentes contratados mediante licitação.
- d) compreende duas modalidades: auditoria de desempenho operacional e avaliação de programas.
- e) é aplicável, apenas, no âmbito da administração direta.